

CONTRATO Nº 047/2013 – AJUR/FHB, que
entre si celebram a **FUNDAÇÃO**
HEMOCENTRO DE BRASÍLIA e a empresa
MULTICLIN ENGENHARIA LTDA – ME

Pelo presente instrumento, de um lado, a **FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA**, pessoa jurídica de direito público, vinculada à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 86.743.457/0001-01, com sede no Setor Médico Hospitalar Norte – Quadra 03 Conjunto “A” Bloco 03 – CEP: 70.710-100, Brasília – Distrito Federal, doravante denominada **CONTRATANTE** ou **FHB**, representada neste ato pela Diretora Presidente **BEATRIZ MAC DOWELL SOARES**, brasileira, casada, médica, portadora do CPF/MF nº 307.615.067-72 e da Carteira de Identidade nº 2.994.650-SSP/RJ, residente e domiciliada nesta Capital, e de outro lado, **MULTICLIN ENGENHARIA LTDA – ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.908.033/0001-50 e NIRE nº 53201860752, com sede na Av. Águas Claras QS 08, Lote C-53 Loja 101 – Águas Claras - BRASÍLIA – DF – CEP 71.974-970, telefone (61) 81465124, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **RENATA PRATES RODRIGUES**, brasileira, solteira, comerciante, portador da Carteira de Identidade nº MG-13.251.878-SSP/MG e do CPF/MF nº 066.617.376-11, residente na Av. Brasília, nº 1198, Bairro Nossa Senhora da Graças, Montes Claros – MG, CEP: 39403-070, tendo em vista o que consta no **Processo nº 063.000.485/2011**, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição, têm entre si justo e acertado a celebração do presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**, nos termos da Lei nº 8666/93 e suas alterações, Decreto Distrital nº 26.851/06, alterado pelo Decreto nº 26.993/06, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PROCEDIMENTO

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, este de nº 636/2012 – SULIC/SEPLAG (fls. 232/274), da Proposta (fls. 328/331), da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, c/c o Decreto Federal nº 7.892/13 que substituiu o Dec. Federal 3.931/01, este recepcionado no Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 22.950/02.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva e calibração, com reposição de peças para o sistema de automação, climatização e monitoramento de temperatura e umidade instalado no BSCUP/FHB – LOTE: 1, item: 1 e prestação de serviços de Calibração de 10 (dez) sensores microprocessados de temperatura (*loggers*), com padrões rastreáveis à Rede Brasileira de Calibração (RBC), utilizados no monitoramento de temperatura das maletas térmicas durante o transporte de bolsas com sangue de cordão umbilical e placentário das maternidades para o BSCUP/FHB - LOTE: 2, item: 2 conforme disposições em Edital fls. 251 e 259, bem como, especificações contidas na Nota de Empenho (nº 2013NE00420), emitida em 24/04/2013, valor: R\$ 90.560,69 à fl. 351 e Nota de Empenho (nº 2013NE00421), emitida em 24/04/2013, valor: R\$ 16.901,30 à fl. 352.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor total do Contrato é de **R\$ 143.282,82** (centro e quarenta e três mil e duzentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos), procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente lei orçamentária anual, a correr as despesas por conta da seguinte rubrica orçamentária, para o Lote 1 e 2:

I- Unidade Orçamentária: 23202;

II- Programa de trabalho: 103.036.202.406.000-01 (Banco de sangue de cordão umbilical e placentário);

III- Elemento de Despesa: 33.90.39 (Outros Serviços de Terceiros - PJ) para o valor de **R\$ 120.747,48;**

IV Elemento de Despesa: 33.90.30 (Material de consumo); para o valor de **R\$ 22.535,82**;

V- Fonte de Recurso: 138 (Recursos do SUS).

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E DO LOCAL DE FORNECIMENTO

A prestação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e calibração, e reposição de peças, para o sistema de automação, climatização e monitoramento de temperatura e umidade, bem como, a reposição de peças nos equipamentos deverão ser prestados no BSCUP/FHB, consoante previsão de fls. 251 e 261 do Edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo para execução dos serviços de calibração será de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho, bem como, o prazo de entrega dos sensores devidamente calibrados será de 10 (dez) dias úteis após a retirada dos mesmos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O serviço deverá ser realizado em laboratório especializado da contratada, ficando a responsabilidade de retirada e transporte dos sensores por sua conta.

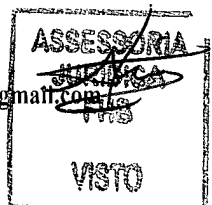
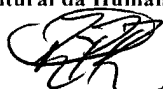
PARÁGRAFO TERCEIRO: – Fica admitida a sua prorrogação, de acordo com as hipóteses previstas no § 1º, do art. 57 da Lei 8.666/93, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcelas, mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar a regularidade fiscal para com a Fazenda do Distrito Federal, Seguridade Social (CND), ao FGTS e à Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.



CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato é de **12 (doze)** meses, a contar da data de sua assinatura e eficácia com a respectiva publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal, podendo ser prorrogado conforme Legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS GARANTIAS

7.1 A garantia para a execução do Contrato será prestada conforme previsão constante do Edital, fls. 246, na forma de:

I – caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II – seguro-garantia; ou,

III – fiança bancária.

7.2 A garantia será de 2% (dois por cento) do valor do contrato, conforme §2º. Art. 56 da Lei nº8.666/93.

7.3 A fiança bancária formalizar-se-á através de carta fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do art. 827, do Código Civil de 2002.

7.4 Toda e qualquer quantia prestada pela licitante detentora da Ata:

- a. somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;
- b. poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15(quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

- c. ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas e/ou judiciais;
- d. será liberada mediante pedido por escrito pelo contratado.

7.5 Sem prejuízo das sanções previstas na lei e no Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da Nota de Empenho emitida.

7.6 A CONTRATADA deverá garantir pelo período de 90 (noventa) dias, mesmo após o encerramento do CONTRATO, os serviços de manutenção corretiva e preventiva com reposição de peças, observada a garantia das peças oferecidas pelo fabricante, consoante fl. 258 do Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da FHB durante a vigência do contrato:

- 8.1 Cumprir todos os compromissos financeiros autorizados e assumidos com a Contratada;
- 8.2 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa executar o objeto do Contrato;
- 8.3 Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre quaisquer intercorrências e/ou irregularidades observadas na execução do objeto do Contrato;
- 8.4 Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 8.5 Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com as especificações deste Termo;
- 8.6 Cumprir com as obrigações previstas no Edital de Licitação, mesmo que não transcritas para o presente Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da **Contratada**:

- 9.1 A Contratada fica obrigada a apresentar, à FHB:
- 9.2 Até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
- 9.3 Comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais; e:
- 9.4 Garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos à **FHB**, bem como efetuar a imediata substituição, às suas expensas, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, após a comunicação da FHB, de qualquer produto entregue, que não esteja de acordo com as especificações ou em relação ao qual, posteriormente, não obstante os testes realizados, venha a se constatar qualquer adulteração ou vício;
- 9.5 Zelar e garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos à FHB, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo poder Público;
- 9.6 Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos produtos, responsabilizando-se pela qualidade das embalagens que acondicionam o produto;
- 9.7 Responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, fretes, seguros, transporte, embalagens, e demais encargos decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato;
- 9.8 Responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- 9.9 Entregar os produtos observando o seguinte:
 - 9.10 O acondicionamento e transporte devem ser feitos dentro do preconizado para os produtos e devidamente protegidos do pó e variações de temperaturas. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto, devendo ser utilizadas preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte;
 - 9.11 As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento, etc.);

- 9.12 As embalagens primárias individuais dos produtos devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.
- 9.13 Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço;
- 9.14 A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes;
- 9.15 A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.16 Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;
- 9.17 A contratada declarará a inexistência de possibilidade de transferência à FHB, de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública;
- 9.18 Fica a CONTRATADA obrigada a cumprir todas as condições constantes em Edital e seus anexos, que são partes integrantes do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista na Ata de Registro de Preços, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

10.1 Das Espécies.

10.1.1 As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006:

I – advertência;

II – multa; e

III – suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

III.1 – para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em Ata de Registro de Preços e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

10.1.2 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.2 Da Advertência

10.2.1 A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela CENTRAL DE LICITAÇÕES, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II – pelo ordenador de despesas da FHB se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

10.3 Da Multa

10.3.1 A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas da FHB, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da FHB, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

10.3.2 A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

10.3.3 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

10.3.4 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

10.3.5 Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

10.3.6 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 11.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

10.3.7 Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 11.3.1.

10.3.8 A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 11.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

10.4 Da Suspensão

10.4.1 A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a FHB, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela CENTRAL DE LICITAÇÕES, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido na Ata de Registro de Preços, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

10.4.2 São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a CENTRAL DE LICITAÇÕES, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas da FHB, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

10.4.3 A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

10.4.4 O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

10.5 Da Declaração de Inidoneidade

10.5.1 A declaração de inidoneidade será aplicada pelo (a) Diretor (a) Presidente da FHB, à vista dos motivos informados na instrução processual.

10.5.2 A declaração de inidoneidade prevista neste item 11.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a FHB pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

10.5.3 A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.6 Das Demais Penalidades

10.6.1 As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela CENTRAL DE LICITAÇÕES, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 11.5;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 11.4.3 e 11.4.4.

10.6.2 As sanções previstas nos subitens 11.4 e 11.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

10.7 Do Direito de Defesa

10.7.1 É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

10.7.2 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

10.7.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

10.7.4 Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

10.7.5 Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema

de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

10.7.6 Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 11.2 e 11.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.8 Do Assentamento em Registros

10.8.1 Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

10.8.2 As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

10.9 Da Sujeição a Perdas e Danos

10.9.1 Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas nesta Ata de Registro de Preços, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à FHB pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

10.10 Disposições Complementares

10.10.1 As sanções previstas nos subitens 11.2, 11.3 e 11.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas da FHB.

10.10.2 Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente na FHB.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Toda e qualquer alteração deste Contrato deve observância à forma preconizada no art. 65 da Lei nº 8.666/93, mediante Termo Aditivo próprio que não lhe altere o objeto.

PARÁGRAFO ÚNICO – a alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, **dispensa a celebração de aditamento.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da FHB, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista na Ata de Registro de Preços, observado o disposto no arts. 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinada pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DÉBITOS PARA COM A FHB

Os débitos da Contratada para com a FHB, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO EXECUTOR

A FHB, por meio de ato próprio, e com amparo no art. 67 da Lei nº 8.666/93, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela FHB, na Imprensa Oficial do Distrito Federal, de acordo com o Parágrafo Único, do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.


CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília – Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias ao presente contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PARÁGRAFO ÚNICO – Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, conforme Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012.

E assim, por estarem justas e acertadas, as partes firmam o presente CONTRATO, em 03 (três) vias de igual teor, forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília – DF, 18 de *junho* de 2013.



**BEATRIZ MAC DOWELL
SOARES**
FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE
BRASÍLIA
Diretora Presidente



RENATA PRATES RODRIGUES
MULTICLIN ENGENHARIA LTDA – ME
Representante da Contratada

Testemunhas:

1ª – Nome: _____
CPF: _____

2ª – Nome: _____
CPF: _____

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Processo: 060.006.722/2012. MODALIDADE: Pregão Eletrônico (SRP) nº 00228/2012. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 228/2012G-SES/DF. PARTES: DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, e a empresa HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ nº 26.921.908/0001-21. OBJETO: Aquisição de Medicamentos. ITEM ADJUDICADO: 06. VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 2.856.398,00. DATA DA ASSINATURA: 26/06/2013. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar desta publicação. SIGNATÁRIOS: Pela Secretaria de Estado de Saúde, RAFAEL DE AGUIAR BARBOSA; pela Empresa INDIARA SILVA FERREIRA. TESTEMUNHAS: BRUNO PAZZINI DUARTE e PATRÍCIA SILVA ARAÚJO RESENDE. A Ata, na íntegra, encontram-se disponibilizadas na Diretoria de Contratos e Convênios/SUAG/SES.

Processo: 060.015.470/2012. MODALIDADE: Pregão Eletrônico (SRP) nº 00133/2013. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 133/2013A-SES/DF. PARTES: DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, e a empresa MEDCOMERCE COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ nº 37.396.017/0006-24. OBJETO: Aquisição de Medicamentos. ITEM ADJUDICADO: 02 e 03. VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 626.340,00. DATA DA ASSINATURA: 27/06/2013. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar desta publicação. SIGNATÁRIOS: Pela Secretaria de Estado de Saúde, RAFAEL DE AGUIAR BARBOSA; pela Empresa ANA LÍDIA SANTOS DE FREITAS. TESTEMUNHAS: BRUNO PAZZINI DUARTE e PATRÍCIA SILVA ARAÚJO RESENDE. A Ata, na íntegra, encontram-se disponibilizadas na Diretoria de Contratos e Convênios/SUAG/SES.

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**AVISO DE CONVOCAÇÃO**

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso X, do Artigo 2º, da Portaria nº 116, de 01 de setembro de 2005, publicada no DODF nº 169, de 05 de setembro de 2005, CONVOCA as empresas abaixo relacionadas, sob pena de aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 26.851/2006, para assinatura das Ata de Registro de Preço nº 278/2012, no prazo de 03 (três) dias a contar desta publicação, comparecendo no SAIN - Setor de Áreas Isoladas Norte - Parque Rural s/nº - Prédio da Emater - Asa Norte - Bloco "A", SUAG, CEP 70.770-200: ATA Nº 278/2012, REFERENTE AO PROCESSO Nº 060.012.950/2012: EMEDCAL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME.

JOSÉ DE MORAES FALCÃO

CENTRAL DE COMPRAS**RESULTADO DE JULGAMENTO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2013.**

A Pregoeira da Central de Compras/SUAG da Secretaria de Estado de Saúde comunica que no Pregão Eletrônico nº 41/2013 sagrou-se vencedora do certame a empresa PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA., CNPJ: 58.295.213/0018-16, com o valor total global de R\$ 2.398.000,00.

PRISCILLA MOREIRA FALCÃO

Pregoeira

RESULTADO DE JULGAMENTO PARCIAL**PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 119/2013.**

A Pregoeira da Central de Compras/SUAG da Secretaria de Estado de Saúde comunica que no Pregão Eletrônico por SRP nº 119/2013 sagraram-se vencedoras do certame as empresas NUTRAL INDÚSTRIA DE FORMULARES NUTRICIONAIS LTDA, para o item 03 com o valor unitário de R\$ 0,0174, para o item 04 com o valor unitário de R\$ 0,0670 e para o item 08 com o valor unitário de R\$ 0,0350, FRESSENIUS KABI BRASIL LTDA, para o item 05 com o valor unitário de R\$ 0,0159, MEDCOMERCE COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, para o item 07 no valor unitário de R\$ 0,2500 e para o item 12 no valor unitário de R\$ 0,0228, TOPMEDLAR NUTRIÇÃO CLÍNICA E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, para o item 11 no valor unitário de R\$ 0,1160 e para o item 14 no valor unitário de R\$ 0,3900, F.M.B INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA., para o item 15 com o valor unitário de R\$ 0,3600, BIOBASE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, para o item 16 com o valor unitário de R\$ 0,8500, perfazendo o Valor Total Global da Licitação de R\$ 4.615.301,00.

LARISSA ALVIM DE OLIVEIRA

Pregoeira

RESULTADO DE JULGAMENTO**PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 130/2013.**

A Pregoeira da Central de Compras/SUAG da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal comunica que, no Pregão Eletrônico por SRP nº 130/2013, sagraram-se vencedoras do certame

as empresas: IBI LIFE MEDICAL LTDA-ME, CNPJ nº 10.493.078/0001-49, para o item 1, pelo valor unitário de R\$ 28,83 e PANMEDICA NEGOCIOS HOSPITALARES LTDA-EPP, CNPJ nº 56.942.527/0001-90, para o item 2 pelo valor unitário de R\$ 494,50.

JANET GOMES DOS SANTOS ALENCAR

Pregoeira

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA**EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/2013.**

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA-CNPJ 86.743.457/0001-01-Contratada: MULTICLIN ENGENHARIA LTDA-ME. CNPJ 11.908.033/0001-50. Objeto: Prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva e calibração, com reposição de peças para o sistema de automação, climatização e monitoramento de temperatura e umidade instalado no BSCUP/FHB e prestação de serviços de calibração de 10 (dez) sensores microprocessados de temperatura (loggers), utilizados no monitoramento de temperatura das maletas térmicas durante o transporte de bolsas com sangue de cordão umbilical e placentário das maternidades para o BSCUP/FHB. Processo nº 063.000.485/2011. Notas de Empenho: UG - 170202, Gestão - 17202, Números - 2013NE00420 e 2013NE00421, Valor da NE: R\$ 90.560,79 (noventa mil, quinhentos e sessenta reais e setenta e nove centavos) e R\$ 16.901,30 (dezesseis mil, novecentos e um reais e trinta centavos) respectivamente. Vigência: O Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura e eficácia com a respectiva publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente. Valor: O valor total do contrato é de R\$ 143.282,82 (cento e quarenta e três mil, duzentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos). Programa de Trabalho: 10.303.6202.4060.0001. Natureza das Despesas: 33.90.39 e 33.90.30. Fonte de recursos: 138 (Recursos do SUS). Assinam: pela Contratante: Beatriz Mac Dowell Soares - Diretora Presidente; e, pela contratada: Renata Prates Rodrigues.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/2011.

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - CNPJ 86.743.457/0001-01-Contratada: ACTS DO BRASIL LTDA. CNPJ 04.534.176/0001-84. Objeto: Suprimir o quantitativo de 240 kits para separação celular, alterar a forma de fornecimento da entrega remanescente do item 1 e em detrimento de tais supressões, alterar seu valor. Processo nº 063.000.769/2010. Valor: O valor da supressão deste Termo é de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais). Assinam: pela Contratante: Beatriz Mac Dowell Soares - Diretora Presidente; e, pela contratada: Adriano Mendonça Pimenta.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 68/2012.

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - CNPJ 86.743.457/0001-01-Contratada: HEMOCENTRO SÃO LUCAS - TERAPIA CELULAR. CNPJ 57.001.604/0001-70. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato originário por mais 2 (dois) meses, conforme prevê Cláusula Nona. Processo nº 063.000.241/2012. Vigência: Prorroga-se a vigência do Contrato Original por mais 2 (dois) meses, entrando em vigor a partir de 11 de junho de 2013. Assinam: pela Contratante: Beatriz Mac Dowell Soares - Diretora Presidente; e, pela contratada: Kátia Bispo Magalhães.

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AO CONTRATO Nº 49/2012.

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA-CNPJ 86.743.457/0001-01-Contratada: LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COM. IND. DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA. CNPJ 63.067.904/0001-54. Objeto: Fica rescindido unilateralmente pela Administração da Fundação Hemocentro de Brasília, o Contrato Nº 049/2012-AJUR/FHB, a partir da data de publicação do extrato deste termo no Diário Oficial do Distrito Federal, tendo em vista a inexecução das Cláusulas Contratuais. Processo nº 063.000.365/2011. Assina: Beatriz Mac Dowell Soares - Diretora Presidente.

FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE**EDITAL Nº 29, DE 26 DE JUNHO DE 2013.**

A DIRETORA GERAL DA ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, DA FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e considerando o Edital nº 18, de 02 de maio de 2013, publicado no DODF nº 98, de 15 de maio de 2013, que torna pública a abertura de inscrições para a seleção de projetos de pesquisa a serem financiados pela Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - FEPECS, RESOLVE:

1. ALTERAR o item 5 do Edital nº 18, de 02 de maio de 2013, que passa a vigorar como se segue: "5. CRONOGRAMA: 5.1. Período de inscrição: 17/06 a 05/07/13 (dias úteis); 5.2. Etapa I - Habilitação: 08/07 a 09/07/2013; 5.3. Etapa II - Análise do Comitê de Avaliação: 10/07 a 17/07/2013; 5.4. Etapa III - Análise orçamentária: 18/07 a 23/07/2013; 5.5. Divulgação do resultado preliminar: 26/07/2013; 5.6. Prazo para recurso: 29 e 30/07/2013; 5.7. Resultado dos recursos: até 05/08/2013; 5.8. Homologação do resultado final: previsto para 07/08/2013; 5.9. Prazo de entrega da documentação para a feitura do termo de outorga: até 15/08/2013". 2. As demais disposições do Edital nº 18/2013 permanecem inalteradas e em vigor.

MARIA DILMA ALVES TEODORO

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

INSTRUÇÃO Nº 140, DE 21 DE JUNHO DE 2013.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, no Art. 35, do estatuto aprovado pelo Decreto nº 14.937, de 13 de agosto de 1993, RESOLVE:

VERBAR O TEMPO DE SERVIÇO, prestado pelo servidor abaixo (nome, matrícula, cargo):
MIRACI SOARES DE JESUS, matrícula 100771-8, Auxiliar de Atividades do Hemocentro, especialidade AUOSDLAB: 156 dias, ou seja, 5 (cinco) meses e 6 (seis) dias, conforme certidão S/N expedida pelo INSS - contados para fins de aposentadoria, com base no artigo 163, da Lei Complementar nº 840 de 23 de dezembro de 2011, processo nº 063.000.278/2013.

VERBAR O TEMPO DE SERVIÇO, prestado pelo servidor abaixo (nome, matrícula, cargo):
MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA, matrícula 1004719, Auxiliar de Atividades do Hemocentro, especialidade AUOSDLAB: 515 dias, ou seja, 1 (um) ano, 5 (cinco) meses e 0 (zero) dias, conforme certidão S/N expedida pelo INSS - contados para fins de aposentadoria, com base no artigo 163, da Lei Complementar nº 840 de 23 de dezembro de 2011, processo nº 063.000.288/2013.

BEATRIZ MAC DOWELL SOARES

INSTRUÇÃO Nº 141, DE 21 DE JUNHO DE 2013.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, no Art. 35, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 14.937, de 13 de agosto de 1993, RESOLVE: CONVERTER EM PECÚNIA 10 (dez) meses de licença prêmio a Luzinete Maria Lucena Rosa, matrícula 1004603 - Técnico de Atividades do Hemocentro, especialidade Técnico de Laboratório, em virtude de aposentadoria, nos termos do Artigo 142, da Lei Complementar nº 840 de 23 de dezembro de 2011.

BEATRIZ MAC DOWELL SOARES

INSTRUÇÃO Nº 142, DE 24 DE JUNHO DE 2013.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, no artigo 35, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 14.937, de 13 de agosto de 1993, RESOLVE:

Art. 1º Designar JOSÉ VILMAR TEIXEIRA DE SOUZA, matrícula 1.402.031-9, como executor e SEBASTIÃO LÁZARO DE MORAES, matrícula 138.587-9, como executor substituto do Contrato nº 047/2013-AJUR/FHB, objeto do processo 063.000.485/2011.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

BEATRIZ MAC DOWELL SOARES

FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 41, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto no art. 1º, inciso V, alínea "e", da Instrução nº 02, de 08.02.11, publicada no DODF de 09.02.11, RESOLVE: AUTORIZAR DISPENSA DE PONTO DE LUIS FERNANDO SEVERO MARQUES, matrícula 173.512-8, Médico da Família e Comunidade, IX Congresso da Sociedade Brasileira de Doenças Sexualmente Transmissíveis e V Congresso Brasileiro de AIDS, a realizar-se em Salvador - BA, no período de 19 a 22 de agosto de 2013, conforme processo 064.000.272/2013.

GISELENE REGINA DE SOUSA CAPITANI

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº 63, DE 17 DE JUNHO DE 2013.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 102, incisos I e V, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 28.691, de 17 de janeiro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º Dispensar JOOZIEL DE MELO FREIRE, matrícula 166.572-3, executor, e CÉLIO ROBERTO DIAS DUTRA, matrícula 164.845-4, suplente, e designar CÉLIO ROBERTO DIAS DUTRA, matrícula 164.845-4 e CARLOS AUGUSTO MONTEIRO MORGADO, matrícula 50.491-2, como executor e suplente respectivamente do Convênio nº 775.162/2010 - SICONV, celebrado entre a União por intermédio do Ministério da Justiça e o Distrito Federal por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, tendo como objeto a Aquisição de Geolocalizadores para viaturas da SSP-DF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO TORRES AVELAR

PORTARIA Nº 69, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 102, incisos I e V, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 28.691, de 17 de janeiro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º Dispensar Ten.Cel.QOBBM PAULO JOSÉ BARBOSA DE SOUZA, matrícula 1656065-5 e designar o Escrivão de Polícia CÉSAR JOSÉ DE FREITAS, matrícula 33361-1, como Executor e designar Maj. QO BM LUÍS CLÁUDIO DA FONSECA FRANCO, matrícula nº 14374307, como Suplente, do Convênio nº. 777.058/2012 - SICONV, celebrado entre a União por intermédio do Ministério da Justiça, através da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes

Eventos e o Distrito Federal por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, tendo como objeto a contratação de professores para cursos relacionados a Copa do Mundo de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

SANDRO TORRES AVELAR

PORTARIA DE 14 DE JUNHO DE 2013.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento aprovado pelo Decreto nº 28.691, de 17 de janeiro de 2008, c.c. o artigo 1º do Decreto nº 20.548, de 02 de setembro de 1999, RESOLVE: AUTORIZAR, o deslocamento de JOÃO HELDER RAMOS FEITOSA, Delegado de Polícia, matrícula 1.434.251-0 e CICERO GONÇALVES MATOS, Agente de Atividades Penitenciária, matrícula nº 175.885-3, a cidade de Salvador-BA, no dia 22.07.2013, a fim de recambiarem daquela comarca para esta capital, o sentenciado Ailton Santos da Silva, conforme consta do processo 050.000.480/2013. Autorizar o pagamento de ½ (meia) diária de viagem aos servidores.

SANDRO TORRES AVELAR

PORTARIA DE 17 DE JUNHO DE 2013.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento aprovado pelo Decreto nº 28.691, de 17 de janeiro de 2008, c.c. o artigo 1º do Decreto nº 20.548, de 02 de setembro de 1999, RESOLVE: AUTORIZAR, o deslocamento de ALCIDINO VIEIRA JÚNIOR, Agente de Atividades Penitenciárias, matrícula 180.247-X, e WENDEL DE MACEDO VIEIRA, Agente Penitenciário, matrícula 58.962-4, a cidade de Cuiabá/MT, no dia 09.07.2013, a fim de recambiarem para esta Capital, o sentenciado Martinho Borges dos Santos Filho, em atendimento a requisição judicial, conforme consta do processo 050.000.542/2013. Autorizar o pagamento de ½ (meia) diária de viagem aos servidores.

SANDRO TORRES AVELAR

PORTARIA, DE 18 DE JUNHO DE 2013.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento aprovado pelo Decreto nº 28.691, de 17 de janeiro de 2008, c.c. o artigo 1º do Decreto nº 20.548, de 02 de setembro de 1999, RESOLVE: AUTORIZAR o deslocamento de JÚLIO CEZAR DE CASTRO GAMA, Agente Penitenciário, matrícula 58.605-6; ANTONIO MENDES LIMA, Agente Penitenciário, matrícula 36.845-8, até a cidade de Joinville/SC, no dia 16.07.2013, a fim de recambiarem para esta Capital Federal o sentenciado Renan Michael Pereira dos Santos, em atendimento a requisição judicial, conforme consta do processo 050.000.477/2013. Autorizar o pagamento de ½ (meia) diária de viagem aos servidores.

SANDRO TORRES AVELAR

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIAS DE 23 DE MAIO DE 2013.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei Federal nº 6.450/1977, combinado com o artigo 3º, incisos I e VI do Decreto Federal nº 7.165/2010, considerando o Ofício nº 494/SSS-ADM/EM de 15/05/2013, RESOLVE: LICENCIAR, ex officio, das fileiras da Corporação o SD QPPMC MICHEL DOS SANTOS CADAIS, Mat. 215.226-6, CPF nº 013.049.131-47, com base no artigo 110, da Lei nº 7.289 de 18 de dezembro de 1984, alterada pela Lei nº 7.475/86 de 13 de maio de 1986 (Estatuto da PMDF), para exercer o Cargo de ES 3ª/1 na Especialidade de Administrador, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria de Estado de Saúde do DF. Em consequência, fica o licenciamento efetivado a contar de 23 de maio de 2013, conforme Memorando de Exercício nº 2978/2013 - SUGETES/SESDF. Publique-se em BCG.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei Federal nº 6.450/1977, combinado com o artigo 3º, incisos I e VI do Decreto Federal nº 7.165/2010, considerando o Ofício nº 2.132/SP/DCC de 16/05/2013, RESOLVE: LICENCIAR, ex officio, das fileiras da Corporação o SD QPPMC FÁBIO PINTO TEIXEIRA, Mat. 199.842-0, CPF nº 016.539.801-92, com base no artigo 110, da Lei nº 7.289 de 18 de dezembro de 1984, alterada pela Lei nº 7.475/86 de 13 de maio de 1986 (Estatuto da PMDF), para exercer o Cargo de ES 3ª/1 na Especialidade de Administrador, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria de Estado de Saúde do DF. Em consequência, fica o licenciamento efetivado a contar de 23 de maio de 2013, conforme Memorando de Exercício nº 3302/2013 - SUGETES/SESDF. Publique-se em BCG.

JOOZIEL DE MELO FREIRE

PORTARIAS DE 28 DE MAIO DE 2013

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei Federal nº 6.450/1977, combinado com o artigo 3º, incisos I e VI do Decreto Federal nº 7.165/2010, e considerando a Declaração do Termo de Posse do DER/DF, de 27 de maio de 2013, RESOLVE: LICENCIAR, ex officio, das fileiras da Corporação o SD QPPMC ALLISON RIBEIRO DOS SANTOS, Mat. 199.778/5, CPF nº 707.158.311-00, com base no artigo 110, da Lei nº 7.289 de 18 de dezembro de 1984, alterada pela Lei nº 7.475/86 de 13 de maio de 1986 (Estatuto da PMDF), para exercer o cargo de Técnico de Atividades Rodoviárias. Em consequência, fica o licenciamento efetivado a contar de 24 de maio de 2013, conforme Termo de Posse do DER/DF. Publique-se em BCG.